



Contato: Madiha Waris Qureshi
mqureshi@rightsandresources.org / WhatsApp +1 202-374-0834

Novo relatório: Os Povos Indígenas, os Povos Afros-descendentes e as comunidades locais obtiveram o reconhecimento legal de mais de 100 Mha (milhões de hectares) de terras adicionais desde 2015; eles agora possuem mais de 11% da área terrestre do mundo

- *A área de terras comunitárias legalmente reconhecidas aumentou em pelo menos 39 países entre 2015 e 2020.*
- *As comunidades obtiveram esses avanços apesar de pouco apoio governamental ou de financiadores, o que implica que um maior investimento em seus direitos poderia fazer avançar rapidamente as metas de desenvolvimento global.*
- *A implementação das leis existentes pode potencialmente resultar em direitos comunitários para 260 Mha de terras comunitárias.*

Washington, D.C. (15 de junho de 2023) - De acordo com um novo relatório da Rights and Resources Initiative [Iniciativa de Direitos e Recursos] (RRI por suas siglas em inglês), leis nacionais existentes têm o potencial de reconhecer os direitos dos Povos Indígenas, Afro-descendentes e comunidades locais sobre uma área de mais de 260 megahectares (Mha) de terra em todo o mundo, uma área duas vezes maior que o Peru.

O relatório conclui que pelo menos 39 governos nacionais aumentaram a área de propriedade ou de controle de comunidades Indígenas, Afro-descendentes e locais entre 2015 e 2020, resultando no reconhecimento legal de mais de 100 Mha de terras comunitárias adicionais.

Este reconhecimento também representa um acréscimo de 11% no total de terras de propriedade das comunidades de toda superfície terrestre dos 73 países analisados no relatório, cobrindo 85% das terras do mundo. A implementação das leis existentes pode mais do que dobrar a área reconhecida no período de 2015 a 2020.

Os membros das Comunidades Indígenas, Afro-descendentes e comunidades locais representam até 2,5 bilhões de pessoas da população do planeta e costumam possuir e usar pelo menos 50% de suas terras.

"Essas reivindicações legais não são um acidente. Elas são o resultado de anos de luta e atuação política de movimentos sociais e pela sociedade civil [com muito pouco apoio direto](#)," disse a **Dra. Solange Bandiaky-Badji**, coordenadora da Rights and Resources Initiative [Iniciativa de Direitos e Recursos] (RRI, por sua sigla em inglês). "Nosso relatório deixa claro que muito mais poderia ser alcançado se governos, doadores e instituições de desenvolvimento priorizassem os direitos de posse

coletiva e as abordagens baseadas em direitos em seus compromissos com o clima e a biodiversidade."

Um número cada vez maior de pesquisas vincula diretamente o reconhecimento de direitos indígenas e comunitários à terra [a taxas mais baixas de desmatamento e degradação florestal](#). O [relatório mais recente sobre o clima](#) da ONU enfatiza esses direitos como um baluarte fundamental nos esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. E a [Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework](#) [Estrutura Global de Biodiversidade de Kunming-Montréal] enfatiza sua importância nos esforços para evitar a crescente crise de extinção da biodiversidade.

"A ciência mostra que, quando nossas comunidades têm direitos e proteções consolidados sobre nossas terras ancestrais, protegemos os ecossistemas naturais melhor do que qualquer outra pessoa. Nossos direitos devem estar no centro dos esforços globais para proteger o clima e a biodiversidade da Terra," afirmou **Gam Shimray**, líder indígena Naga e secretário-geral do Pacto dos Povos Indígenas da Ásia (AIPP, por sua sigla em inglês). "Uma forma crucial de as organizações climáticas e de conservação e os mecanismos de financiamento apoiarem a implementação de abordagens baseadas em direitos por parte dos países é adotar o Standard de Direitos da Terra para suas ações e investimentos com impacto sobre o uso da terra."

O relatório observa que, em 49 países para os quais há dados disponíveis, 1,375 Mha de territórios indígenas, comunitários e Afro-descendentes - uma área equivalente ao tamanho da Antártica - ainda não foram legalmente reconhecidos. Essas terras estão repletas de [conflitos](#) porque os governos não reconhecem ou não fazem valer os direitos legais das comunidades, colocando-as contra terceiros, como empresas, investidores ou posseiros, que podem não reconhecer ou defender as reivindicações da comunidade se elas forem contrárias aos seus próprios interesses.

[Pesquisas recentes](#) também mostram uma ligação direta entre a garantia dos direitos indígenas e comunitários à terra e a prevenção de incêndios florestais e desmatamento, uma vez que a prevenção de incêndios em florestas comunitárias está intimamente ligada à prática do conhecimento tradicional das comunidades. Além dos incêndios florestais sem precedentes no Canadá, os cientistas da Indonésia [prevêem uma estação seca severa](#) - exacerbada pelo fenômeno climático El Niño - e alertam que a temporada de incêndios deste ano será muito pior do que no passado.

"Por mais de duas décadas, tabulamos onde os direitos dos povos indígenas e das comunidades foram reconhecidos, e o potencial sempre supera os avanços reais," disse Solange Bandiaky-Badji. "À medida que o mundo se aproxima rapidamente de 1,5° C de aquecimento global, os governos e os financiadores devem considerar o investimento nos direitos, nos meios de subsistência e na conservação desses grupos como uma das soluções mais eficazes e eficientes à sua disposição para combater as mudanças climáticas, proteger a natureza e abordar as desigualdades sociais e econômicas."

Progresso regional

Entre 2015 e 2020, a **África Subsaariana** registrou o maior aumento no reconhecimento legal dos direitos comunitários à terra de todas as regiões. A área total de propriedade de povos indígenas e comunidades locais aumentou 12% em relação à linha de base de 2015.

Quase todos esses aumentos conhecidos ocorreram em dois países: **Quênia**, que aprovou a Lei de Terras Comunitárias de 2016; e **Libéria**, que aprovou a Lei de Direitos Fundiários de 2018 reconhecendo terras consuetudinárias.

A **República Democrática do Congo (RDC)** avançou na implementação das Concessões Florestais Comunitárias Locais durante o período de 2015-2020 e aprovou uma nova lei histórica que reconhece os direitos dos Povos Indígenas Pigmeus em 2022. Em conjunto com o novo Código Florestal da República do Congo, adotado em 2020, isso pode impulsionar o reconhecimento dos direitos à terra na Bacia do Congo, um dos recursos ecológicos mais importantes do mundo.

Patrick Saidi, coordenador da Dynamique des Groupes des Peuples Autochtones [Dinâmica de grupos de povos indígenas] (DGPA), que defendeu a nova lei na RDC, disse: *"Uma em cada cinco espécies do planeta é encontrada nas florestas da Bacia do Congo, que também contêm o maior sumidouro de carbono remanescente do mundo nos trópicos. O reconhecimento legal dos direitos é uma primeira etapa fundamental, que agora deve ser seguida por uma implementação eficaz e investimentos de longo prazo para apoiar nossos meios de subsistência, desenvolver nossas capacidades tradicionais de governança e gestão de terras e nos ajudar a atingir nossas metas de conservação para proteger nossos recursos."*

Na **Ásia**, lar de cerca de 70% da população indígena total do mundo, quase 98% de todas as terras reconhecidas como de propriedade da comunidade estão na China. Sem a China, a região tem uma proporção menor de terras de propriedade da comunidade do que a América Latina ou a África Subsaariana, com apenas 0,83%.

Dois países em particular, Índia e Indonésia, registraram um progresso modesto, mas insuficiente. Embora a área de terra reconhecida das comunidades tenha aumentado dezoito vezes em relação à linha de base de 2015 na **Índia** e quase sete vezes na **Indonésia**, a velocidade e a escala do reconhecimento nacional continuam insuficientes, considerando o tamanho das terras comunitárias não reconhecidas em ambos os países.

O relatório observa que a **América Latina** lidera há muito tempo o reconhecimento de direitos na região. No entanto, apenas 21 Mha (menos de 1% da terra nos 16 países analisados na região) foram reconhecidos como designados para ou de propriedade de comunidades durante o período de 2015-2020. Mesmo em áreas legalmente reconhecidas, muitas comunidades sofreram insegurança quanto à posse da terra devido a invasões descontroladas de seus territórios.

As ameaças às terras comunitárias [se cristalizaram](#) no **Brasil**, onde o ex-presidente Jair Bolsonaro, em seu segundo dia no cargo, cortou o financiamento da FUNAI, a agência de assuntos indígenas do país, e emitiu uma ordem executiva dando mais poder ao Ministério da Agricultura do Brasil, que apoia a expansão da pecuária em terras Indígenas.

Embora o novo governo tenha se comprometido a respeitar os direitos indígenas, de Afros-descendentes e comunitários, os legisladores recentemente aprovaram uma nova lei que restringiria o controle dos Povos Indígenas sobre seus territórios.

*"A eleição do Presidente Lula foi um avanço político, mas a situação dos Povos Indígenas no Brasil está mais crítica do que nunca, porque não podemos dizer o mesmo quando se trata da legislatura brasileira," disse **Cristiane Julião Pankararu**, líder indígena Pankararu no Brasil e especialista em antropologia social. "Estamos prestes a perder mais territórios com o novo Projeto de [Lei Marco Temporal](#). O Brasil e outros países além da Bacia Amazônica precisam urgentemente reconhecer os direitos dos povos e comunidades indígenas que protegem a biodiversidade de muitos biomas e ecossistemas. Não podemos atingir as metas globais sobre clima, justiça climática, biodiversidade e até mesmo desenvolvimento econômico sem esse passo fundamental."*

#

A Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI)

A RRI é uma coalizão global de mais de 150 organizações dedicadas a promover os direitos à floresta, à terra e aos recursos dos Povos Indígenas, dos Povos Afro-descendentes, das comunidades locais e das mulheres desses grupos. A RRI aproveita o poder de sua coalizão global para ampliar as vozes dos povos locais e engajar proativamente governos, instituições multilaterais e atores do setor privado na adoção de reformas institucionais e de mercado que apoiem a realização dos direitos. Ao promover uma compreensão estratégica das ameaças e oportunidades globais resultantes da insegurança dos direitos à terra e aos recursos, a RRI desenvolve e promove abordagens baseadas em direitos para negócios e desenvolvimento e catalisa soluções eficazes para ampliar a reforma da posse rural e a governança sustentável dos recursos. A RRI é coordenada pelo Rights and Resources Group, uma organização sem fins lucrativos sediada em Washington, D.C. Para saber mais, acesse www.rightsandresources.org.